

METROVIÁRIOS DO RECIFE: representação, identidade e democracia

Rui Gomes de Mattos Mesquita

Resumo

Neste artigo discuto a importância da representação política para o processo de constituição das identidades coletivas e conformação dos espaços político-sociais. Através da análise de uma greve na categoria dos Metroviários (1987), decorrente da implantação de uma escala alternativa de serviço com métodos autogestionários por parte dos maquinistas, faço uma análise do discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. Recorro à teoria do discurso de Ernesto Laclau para defender a existência de uma ontologia do político em detrimento de uma lógica de imanência do social. Tal discussão, com efeito, aponta para a necessidade de construção de novos paradigmas teóricos orientadores de uma práxis política da esquerda.

Palavras-chave

Partido dos Trabalhadores. Representação política. Sindicalismo. Democracia. Teoria do discurso.

RAILWAY WORKERS FROM RECIFE: REPRESENTATION, IDENTITY AND DEMOCRACY

Abstract

In this paper I discuss the importance of political representation to the collective identity constitution process and the political-social spaces conformation. Through the analysis of a strike in this professional category (1987), deriving from the implementation of an alternative shift schedule with radically autonomous approach by the train conductors, I analyse The Worker's Party (PT) discourse in the 1980s. Based on Ernesto Laclau's theory of discourse I claim the existence of a political ontology, rather than an immanent logic of the social. Such a discussion implies a call for the construction of a new theoretical paradigm to guide left-wing political *praxis*.

Keywords

Worker's Party. Political representation. Trade unionism. Democracy. Discourse theory.

Em junho de 1987, o conjunto dos maquinistas do Metrô do Recife (Metrorec) implantou, à revelia da administração, uma nova escala de serviço. Tal evento surpreendeu não só a empresa, mas também a diretoria do sindicato da categoria – Sindicato dos Metroviários de Pernambuco (SINDIMETRO). Este último tinha fortes vínculos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e era amplamente hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Tomando como ponto de partida esse evento, nossa questão de fundo, neste artigo, é a importância da representação na conformação das identidades coletivas e, conseqüentemente, dos espaços políticos na sociedade civil.

Para situar a questão da implantação da referida escala de serviço e suas implicações, cabe introduzir algumas informações prévias. A escala então vigente obedecia ao ciclo de seis turnos diurnos - manhã, tarde ou vespertino –, uma folga, três turnos noturnos e duas folgas (6x 1x3x2). Os turnos eram de oito horas e o ciclo perfazia um total de 42 horas semanais. Por sua vez, a escala implantada pelos maquinistas obedecia a um ciclo de quatro turnos diurnos, dois turnos noturnos e três folgas (4x2x3), sendo os turnos diurnos de seis horas e os noturnos de oito horas. Tal escala perfazia um total de 37,33 horas semanais.

Esclarecemos, ainda, que a implantação da nova escala, pelos metroviários, ocorreu depois do dia IOdeMaio, data base nacional da categoria. Havia uma negociação unificada com a Direção Geral da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e com a Agência Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), subsidiária da RFFSA. Na campanha salarial do ano de 1987, como resultado das negociações, conseguiu-se instituir uma pauta de reivindicações locais a ser negociada com as Superintendências de Trens Urbanos (STUs). No caso da STUIREC (Metrorec), o acordo coletivo local já previa a instalação de uma comissão paritária para o estudo da viabilidade de implantar-se uma escala alternativa que reduzisse a jornada de trabalho.

Durante tal negociação, os maquinistas defenderam a escala 4x2x3. Do ponto de vista técnico, ela era perfeitamente viável. A empresa, contudo,

adotou a estratégia de postergar qualquer acordo. Os maquinistas, então, resolveram implantar a escala à revelia da empresa e, por dois dias, assumiram o controle da operação de trens. A essa implantação seguiu-se um processo de repressão, que foi acompanhado pelos então presidentes da CUT e do PT. Dílson Peixoto e Fernando Ferro, respectivamente.

Para a análise desse evento, seus significados e desdobramentos, recorremos a entrevistas com os agentes nele envolvidos. Foram entrevistados 13 metroviários, segundo os seguintes critérios: a) participação efetiva na condução do movimento pela 4x2x3; b) exercício de liderança sindical; 3) inclusão de diferentes setores da empresa (maquinistas, estação, manutenção e administração); 4) abrangência das forças políticas que atuavam no SINDIMETRO. Obtivemos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, um quadro analítico capaz de nos munir das informações necessárias à análise.

1 "Solicitamos a todos que desembarquem nessa estação"

Primeiramente, cumpre falar de forma breve do Metrorec. Inaugurado em 1984, o Metrô foi construído sob o comando da RFFSA e da Empresa Brasileira de Trens Urbanos (EBTU) - mais tarde, CBTU. A partir de 1985, esta última empresa, subsidiária da RFFSA, passou a administrar a Superintendência de Trens Urbanos do Recife (STU/REC). A composição do primeiro quadro dirigente da empresa ocorreu dentro do espírito patrimonialista, o qual, segundo Sérgio Buarque de Holanda, se afasta de um modelo weberiano de burocracia (HOLANDA, 2002, p. 1048-1049).

No segundo semestre de 1985, um conjunto de funcionários do Metrorec começou a se reunir para discutir a formação de uma associação - a Associação dos Metroviários de Pernambuco. O Sindicato dos Ferrovieiros do Nordeste, então presidido por Moacir Veloso, sindicalista ligado a um modelo corporativo e tido como 'pelego' de sindicalismo¹, era quem representava politicamente a categoria metroviária. A discussão, então, estava centrada no caráter que deveria ter essa entidade: se uma associação meramente recreativa ou sindical.

¹ \Sindicalistas que, segundo militantes da CUT, faziam o jogo dos patrões e do governo.

Em dezembro de 1986, organizados como associação, mas sob forte influência de militantes petistas, os metroviários decidiram aderir à greve geral puxada pela CUT. Tal fato veio estimular o estabelecimento de campos políticos antagônicos e dar novo impulso à idéia de formação do SINDIMETRO. A decisão de fundar o sindicato foi tomada em assembléia de encerramento da *1ª Semana Sindical* da categoria. A flagrante derrota do projeto da associação recreativa se deveu, em boa medida, à chegada da primeira leva de funcionários oriundos do concurso público realizado em 1986. Deflagrado o processo eleitoral, foi expressiva a vitória da chapa cutista, que se denominava ESTAÇÃO SINDICATO.

O leitor deve ter em mente um quadro, à época, que remete à transição democrática, à juventude dos metrovianos e à presença do discurso petista e de uma Formação Discursiva Autoritária (FDA), típica do espírito patriomonalista acima referido.

2 Breves considerações teóricas

Para situar a experiência política acima descrita à luz de nossa perspectiva teórica, faz-se mister uma breve reflexão acerca do conceito de sociedade civil. Sabemos que a emergência desse conceito se deu paralelamente ao processo de constituição do Estado moderno (SANTOS, 2005, p. 117). Concomitantemente a essa dupla aparição, contudo, surgiram distinções entre Estado e sociedade civil, cuja naturalidade é questionável: separação entre o económico e o político, redução do poder político ao poder estatal e identificação do direito ao direito estatal (SANTOS, 2005, p. 117). Tal discussão serve particularmente aos nossos propósitos, na medida em que consideramos que "a separação entre o político e o económico permitiu (...) a naturalização da exploração económica capitalista e (...) a neutralização do potencial revolucionário da política liberal, dois processos que convergiram para a consolidação do modelo capitalista das relações sociais." (SANTOS, 2005, p. 122).

Concordamos, pois, com Boaventura Santos, que aquelas distinções foram uma forma de confinar o ideal democrático e fazer vista grossa às relações jurídicas e políticas extremamente antidemocráticas que ocorrem fora da órbita do Estado. Essa tentativa de despolitização da sociedade civil pode ser emblematicamente ilustrada pela repressão à experiência dos

metroviários. O que ressaltamos nessa experiência, entretanto, é a percepção dos vínculos entre representação, delimitação de espaços políticos e constituição de identidades. Tal foco, com efeito, nos permite perceber uma heterogeneidade social que denuncia qualquer tentativa de representação da sociedade civil como espaço homogêneo em contraposição ao espaço estatal. Como pano de fundo dessa questão, temos que fazer uma distinção conceitual inicial entre cultura política e política cultural, pois tomamos o movimento pela 4x2x3 como um exemplo da última.

A cultura estaria mais vinculada às atividades cotidianas e se caracterizaria como uma fonte para as práticas políticas. Nesse sentido, queremos abordar os movimentos sociais - mesmo os ditos *tradicionais*, como é o caso do movimento sindical - como um "aspecto vital da produção cultural" (ALVAREZ, 2000, p. 19)². A relação entre a questão cultural e a política está inserida, numa perspectiva pós-estruturalista, na vinculação entre o estabelecimento de interesses (políticos) e a constituição identitária. O que se coloca aqui é o questionamento da existência de identidades fixas, pretensamente definidas numa dimensão 'cultural', e, portanto, o caráter constitutivo de identidade da dimensão política. Como as identidades estão intrinsecamente relacionadas com desejos e projetos que impulsionam a ação política, falar sobre esse tema remete, quase que automaticamente, à questão da representação, porque representar (ao menos no senso comum) significa exatamente defender os interesses de outrem. Agora, sim, podemos fechar o círculo do nosso raciocínio. Quando limitamos as fronteiras da arena política ao espaço parlamentar (estatal), nós não só despolitizamos, como apontou Boaventura Santos, a sociedade civil, mas também, como corolário, 'fixamos' as identidades dos agentes a serem representados naquele espaço. Fosse esse o caso, os interesses dos representados seriam (racionalmente) conhecidos e estaria justificado um modelo de democracia representativo/deliberativo, onde as divergências sociais podem ser resolvidas/disputadas por representantes eleitos pelo 'povo' no espaço parlamentar.

A questão, contudo, é quem é, como se constitui e quais os interesses/identidade do povo, uma vez que, a exemplo da experiência dos metroviários,

² Ao assim nos posicionarmos não desconhecemos o fato de que os movimentos sociais têm, eles próprios, uma dimensão conservadora, na medida de sua inserção nos espaços políticos institucionais. Tal fato, aliás, ficará claro ao longo deste artigo.

há sempre aqueles que não se contentam em simplesmente reclamar uma participação no espaço político 'oficial', e assim desafiam a transparência do processo de representação política. Ou seja, incomodados com a lógica aí vigente, *inventam* outras maneiras e espaços para o fazer da política. Desafiam, pois, as práticas políticas estabelecidas ou, em outras palavras, a "cultura política". Esta última é entendida por Alvarez (2000, p. 25) como "[...] o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas". Põe em prática, dessa forma, uma "política cultural" cuja principal característica é questionar as fronteiras do espaço político. As políticas culturais, que se relacionam com a identidade, colocam problemas à questão da representação e exigem novos espaços para a arena política. A representação, nesse caso, teria que passar por um processo que Gramsci chamou de "consentimento ativo" e, assim, deslocando a dimensão política para a sociedade civil, contrapor-se-ia a "uma visão política estatista" (DAGNINO, 2000, p. 65-66). Por conseguinte, desestabilizaria a homogeneidade implícita no conceito de povo do modelo representativo de democracia. Tal desestabilização, por sua vez, reclama um olhar mais atento à questão da *heterogeneidade* do social.

Para abordarmos tal questão, entretanto, recorreremos, como já foi antecipado, a alguns conceitos pós-estruturalistas, especialmente à teoria do discurso de Ernesto Laclau, como exposta em seu mais recente livro, *A Razão Populista* (LACLAU, 2005). Nesta obra, o autor define três conjuntos de categorias como sendo centrais para seu enfoque teórico: discurso; significante vazio e hegemonia; e retórica.

Por *discurso*, ele entende "um complexo de elementos no qual as relações jogam um papel constitutivo" (LACLAU, 2005, p. 92, tradução nossa). O que deve ser frisado, nesse contexto, é que os ditos elementos, partes articuladas num discurso, em contraste com outros enfoques teóricos, não perfonnam nenhuma *função* teleologicamente reintegrada a um todo estrutural (funcionalismo) ou desempenham algum *papel histórico central* (marxismo). Na sua perspectiva, ao contrário, não existe nada para além do próprio jogo das diferenças. Em outras palavras, "qualquer que seja a centralidade adquirida por um elemento, deve ser explicada pelo jogo das diferenças como tal." (LACLAU, 2005, p. 93, tradução nossa). Laclau, assim, coloca-se frontalmente contra qualquer possibilidade de existência de

identidades fixas. Essas se constituem no bojo das práticas discursivas (articulação das diferenças), que não são *conceitualmente* determinadas. Os espaços sociais, considerando-se aqui tanto o todo (sociedade) como as partes (espaços particulares de representação), têm suas fronteiras deslocadas a partir do fazer político e não o contrário, uma vez que os próprios espaços sociais são efeitos discursivos, ou seja, não existem enquanto divisão dada na dimensão social. Isto implica numa ontologia política do social.

No segundo conjunto, os conceitos de *significante vazio* e *hegemonia* estão umbilicalmente ligados. A primeira coisa que se impõe, quando se fala de identidade "relacional", é estabelecer o todo em que se dá essa relação. No entanto, para que essa totalidade seja 'definida' (por exemplo, sociedade civil) é necessário que algo diferente de si mesma possa ser identificado. Algo que seja radicalmente excluído de forma a permitir o fechamento (ainda que precário) de um *todo diferencial*. Acontece, entretanto, que esse "algo excluído" tem, não raro, a capacidade de romper a totalidade dessa "lógica da diferença", pois põe os elementos daquela totalidade diferencial em equivalência.

Em última instância, assim, toda totalidade é falida, pois sua diferencialidade (estrutura) está sempre ameaçada pelo que lhe é radicalmente externo. Ou seja, os antagonismos constitutivos de uma totalidade diferencial (por exemplo, a oposição entre patrões e operários) se desestabilizam à medida que as identidades excluídas dessa totalidade (por exemplo, movimentos ecológicos radicais) forjam um espaço discursivo contra o qual patrões e operários se opõem em nome da lógica que rege seu espaço de antagonismo (expansão do setor industrial, que gera aumento de lucro e emprego). Os movimentos ecológicos radicais poderiam, nessa perspectiva, cumprir o papel de elemento desestabilizador da dita totalidade através da transformação da diferença entre operários e patrões em equivalência.

Laclau considera, então, que essa totalidade é, a um só tempo, impossível- porque a tensão entre equivalência e diferença que vimos acima é insuperável, na medida em que todo espaço se forja a partir de um *algo excluído* - e necessária, pois a identidade dos elementos depende de seu fechamento. Daí a caracterização de uma totalidade como uma "totalidade falida" (LACLAU, 2005, p. 94). Assim é que, na busca inevitável do fechamento da totalidade, se constitui um centro estruturador. Isso se dá através da *representação* que eleva um objeto particular à posição de universalidade

(classe operária no marxismo, por exemplo). Esse objeto é concebido, pois, como um significante vazio, e sua identidade é *hegemônica* porque é fruto de uma articulação político-simbólica (discurso).

A terceira categoria, *retórica*, então, não é mais do que uma consequência do que vimos. Por exemplo, o fato de uma diferença particular, através da representação, elevar-se a um universal, não é nada mais que o recurso retórico bastante conhecido da sinédoque: a parte (classe operária) que representa o todo (povo). Nessa esteira, podemos afirmar, em consonância com nosso questionamento em relação à constituição de um povo, que esta é, essencialmente, uma catacrese (metáfora já absorvida no uso comum da língua, ou seja, uma naturalização ideológica). À guisa de exemplificação, nós podemos considerar que a política cultural, que consideramos ser uma característica importante dos movimentos sociais, pode ser, *eventualmente*, esse outro (algo excluído), que desestabiliza a racionalidade subjacente aos conceitos de Estado e sociedade civil nos modelos representativos de democracia (totalidade diferencial falida).

A política cultural à qual me refiro, deixemos claro, não é uma política racional de um sujeito centrado que estabelece uma estratégia de ação em nome de interesses bem delimitados. Um aspecto interessante da experiência política dos metroviários, nesse sentido, é a oportunidade de verificar uma *unidade de análise menor* e assim perceber como, através da representação política, se constitui a identidade de um grupo local em nome de um universal. A análise do processo de formação de demandas populares empreendida por Laclau (2005, p. 98-99), nesse contexto, pode nos ser de grande valia, uma vez que, para ele, as demandas sociais não satisfeitas possibilitam a construção de uma espécie de cadeia de equivalências com outras demandas igualmente não atendidas e, assim, se caracterizariam como *demandas populares*. Demandas democráticas, ao contrário, seriam aquelas que, atendidas ou não, permaneceriam isoladas.

Vê-se, dessa forma, o início de um processo hegemônico, a partir do momento em que uma daquelas demandas ascenda à posição de uma centralidade. Esse processo, como antevimos, ocorre simbolicamente (significante vazio) através de uma operação retórica e não conceitual. O importante, entretanto, é reter a idéia de que um objeto que preserve toda sua particularidade tenderá a ser 'apenas' uma demanda democrática. A operação de equivalência é, nesse sentido, *um apelo da própria articulação política*

para evitar o isolamento. A construção do 'POVO', assim, será feita a partir da articulação de uma cadeia de equivalências em antagonismo a um poder (o outro antagônico). Essa cadeia, centralizada por uma de suas demandas particulares, extrapola as particularidades de seus elos e permite a formação de uma linha divisória, uma "fronteira interna antagônica", entre demandas populares e poder. Ou seja, constitui o povo da história.

Entretanto, como observamos, a manutenção precária dessa totalidade diferencial (orientada pela "lógica da diferença") depende da exclusão radical de outras demandas. No caso dos metroviários, como veremos mais adiante, houve uma tentativa de resistir ao isolamento através da constituição de sua demanda particular em demanda popular. Nessa busca, o discurso petista se apresentou como o articulador da tarefa hegemônica. O preço a pagar pelo consentimento de representação seria a perda de parcela da sua particularidade. Em outras palavras, o ato da representação implica também na constituição de quem está sendo representado. Entendemos, assim, que a identidade classista dos metroviários foi, fundamentalmente, resultado de uma operação hegemônica do discurso classista do PT. Este trabalho hegemônico, por sua vez, se dá através do que Laclau chama de lógica da equivalência. Ou seja, a lógica da formação de demandas populares e, portanto, da constituição do povo da história em tomo de um significante vazio (classe).

O leitor já deve ter identificado, com razão, uma relação de dependência entre as cadeias de equivalência e as totalidades diferenciais. Toda cadeia de equivalência, à medida que se afirma, enquanto espaço sócio-político, insere-se dentro de uma totalidade diferencial, que, lembremos, é sempre falida. Isso, por uma questão óbvia, tende a arrefecer a radicalidade do antagonismo. O exemplo evocado por Laclau aqui é bastante revelador: adversários que se confrontam em um jogo de xadrez não permitem a intervenção de um 'pitaqueiro'. Há entre eles certa cumplicidade que é determinada pela lógica diferencial a que pertencem e que, como vimos acima, lhes permite articular sua identidade. A linha divisória dos antagonismos se dá, pois, tendencialmente, dentro de uma totalidade diferencial. O resultado é que equivalência e diferença, apesar de incompatíveis entre si, necessitam uma da outra.

Nesse sentido, o surgimento de políticas culturais depende da 'fratura' das totalidades diferenciais e do conseqüente questionamento das culturas políticas. Assim, os valores e significados da totalidade diferencial passam a

ser questionados mais radicalmente pelo "algo sempre excluído" do que pelo antagonismo constitutivo da totalidade. É por isso que a linha divisória de uma (nova) cadeia de equivalências não pode ser explicada conceitualmente por dentro da lógica estrutural dessa totalidade (dialética). Mas será que as demandas populares podem se constituir de forma radicalmente autônoma em relação à totalidade diferencial? Como temos visto, o risco de isolamento nos conduz a uma resposta negativa a essa questão. Para fugir da fugacidade e transitoriedade das demandas democráticas, os articuladores de uma política cultural têm que se inserir numa cadeia de equivalências. Isso, todavia, implica em ceder às estratégias e lógicas dessa cadeia e comprometer algo de sua demanda democrática particular. Passam, pois, tais articuladores, ao se fazerem representados, a significar algo diferente de si mesmos - uma identidade forjada pela articulação entre "[...] o particularismo de suas próprias demandas" e "a significação popular dada por sua inscrição dentro da cadeia" (LACLAU, 2005, p. 124, tradução nossa).

Essa "significação popular" é, para Laclau, "vazia", ou seja, não tem nenhuma positividade, não podendo ser captada conceitualmente. Tal significação é construída de forma negativa, a partir de uma falta ou insatisfação com determinada totalidade diferencial (cultura política). O trabalho hegemônico, aqui, frizemos, é performativo/retórico, e não conceitual. Tal entendimento, que pode parecer à primeira vista bastante abstrato, é, na verdade, coerente com uma perspectiva 'empírica' de análise social. Isso porque [...] não é simplesmente a aplicação a um caso particular de uma teoria geral da representação [...] é, ao contrário, um caso *paradigmático*, porque é *aquele* que revela a representação pelo que ela é: o terreno primário de constituição da objetividade social" (LACLAU, 2005, p. 206, tradução nossa, grifo do autor). É nesse sentido que Laclau chama a atenção para a diferença entre vacuidade e abstração. Ao falar de significantes vazios o filósofo argentino não está a construir castelos de areia. Pelo contrário, tem consciência da dimensão extralingüística do discurso, cujos valores e afetos se fixam nas práticas institucionais mais materiais. A implacável resistência à ousadia dos metroviários é, assim, como veremos, um exemplo oportuno de que não estamos tratando de abstracionismos.

O que se trata, aqui, é de tomar qualquer sistema de arranjo diferencial como uma construção e, portanto, não reconhecer a homogeneidade e regularidade dos espaços político-sociais, o que legitimaria uma análise

conceitual. Ao contrário, partimos do pressuposto da *heterogeneidade do social*. Essa última se manifesta toda vez que nos deparamos com uma política cultural, que não se enquadra dentro de uma totalidade diferencial. Já vimos que é função da articulação política promover equivalências entre particularidades e, assim, impulsionar a construção de uma 'nova' totalidade. Vimos que a essa operação (retórica) chamamos de hegemonia e que ela é constitutiva do social. Para compreendermos, agora, de forma mais clara, porque essa nova totalidade também é impossível, temos que recorrer à representação.

É, com efeito, através da representação que se promove uma homogeneidade equivalencial. Por esse mecanismo, um objeto social passa a ser uma Coisa (nominação) dentro de uma totalidade almejada (demandas populares). A representação, assim, constitui parcialmente o representado. Essa nomeação/representação, contudo, por ser retórica e não conceitual, é incapaz de operar uma correspondência transparente entre nomeação (significado) e objeto particular (significante). mostrando-se, dessa forma, sempre precária. Ou seja, a operação de ordenamento da cadeia equivalencial, que tenta criar sua própria totalidade diferencial, revela-se impossível.

O objeto que ascende à posição de universalidade (classe no discurso petista) passa a funcionar como uma "superfície de inscrição". Esta, ao mesmo tempo em que oferece às demandas particulares a possibilidade de entrar no jogo político e na história (movimento do representado ao representante), as "subordina a si mesma como uma superfície de inscrição necessária" (movimento do representante ao representado). Algum particularismo dessas demandas, entretanto, está fadado a resistir ao jogo de representação. A depender do grau dessa resistência, que tem a ver com o nível de aceitação que determinada demanda tem numa cadeia de equivalências, pode haver a construção de cadeias equivalenciais alternativas à primeira (efeito de exclusão). "Nesse caso, as mesmas demandas democráticas recebem a pressão estrutural de projetos hegemônicos rivais" (LACLAU, 2005, p. 165, tradução nossa). O sentido dessa demanda, assim, será objeto de disputa política. Para captar essa situação, Laclau propõe o conceito de *significante flutuante*. Tal conceito, com efeito, enriquece a noção de heterogeneidade e politiza fortemente a sociedade civil, ao tomar evidente que uma relação equivalencial não elimina os particularismos (diferença na equivalência).

No caso dos metroviários, o que nos interessa particularmente é a possibilidade de vislumbrar, não uma demanda propriamente material, mas uma lógica de operação política que foi "deixada de lado" por um partido que se definia a partir de uma fronteira antagónica dentro da nascente democracia brasileira (sistema de diferenças). É exatamente nesse ponto que o conceito de heterogeneidade de Laclau pode nos ajudar a entender a experiência sindical em questão. Sua demanda expressa o heterogéneo, exatamente por estar fora do espaço de representação que é construído pela cadeia equivalencial. A heterogeneidade, então, está no fato de tal demanda ser excluída do sistema de diferenças criado na própria cadeia antagónica que, por sua vez, está dentro de um sistema de diferenças mais amplo. Dessa forma, da mesma maneira que não aceitamos, com Boaventura Santos, a universalização do espaço parlamentar de representação, também não aceitamos nenhum outro em substituição, por um fato já entendido: a representação plena não existe. Como veremos, a experiência sindical dos metroviários foi tratada como "inexperiência", "espontaneísmo" e "infantilismo" pelas lideranças políticas petistas. Defenderemos que esse é um sinal de desprezo e deve ser entendido como exclusão a um espaço de representação constituído. Trata-se, pois, de reconhecer a existência de uma cultura política no seio dos próprios movimentos sociais e partidos de esquerda.

3 Constituindo identidade: "4x2x3: é prá ficar de vez!"

Nesse momento, passaremos a analisar as falas de nossos entrevistados, com o objetivo de melhor entender as relações de representação política envolvidas na experiência em questão.

Percebemos nas entrevistas que a tradição clássica do conservadorismo brasileiro (FDA), tão estimulada nos então recentes tempos da ditadura, era profundamente arraigada no quadro de dirigentes do Metrorec. Só "a família Aleixo tinha pra lá de nove" contratados sem concurso, afirmou MQT 3.³ Tal fato é de fundamental importância para nossa análise, na medida em que aparece como um forte fator motivacional da ação política dos jovens metroviários e, conseqüentemente, para sua constituição identitária.

³ Ver quadro com códigos de referência dos entrevistados e os respectivos perfis no apêndice.

As relações de antagonismo são relacionais e constitutivas de identidades, e não conceituais. Tal discussão, por sua vez, nos remete às considerações de Laclau (1994, p. 31), para quem a assunção da existência prévia de identidades em relação dicotômica radical desautoriza uma "objetividade positiva" que lhes seja subjacente. Tal objetividade (imanência do social), com efeito, "reduz a sua própria lógica à totalidade de seus momentos constitutivos" (LACLAU, 1994, p. 31). Ou seja, as identidades que estão inscritas numa lógica sistêmica (objetividade) têm sua existência condicionada mutuamente àquele sistema. Nesse caso, contudo, argumenta o autor, não se poderia falar em "verdadeira emancipação", visto que o antagonismo se reduz a uma "diferenciação intema do sistema opressor" comum.

Tendo em mente o caráter relacional da identidade dos metroviários, podemos entender melhor sua motivação imediata, pois o movimento da 4x2x3 se destinava à redução de uma jornada de trabalho que era sentida como "massacrante" e "escravizante". A direção da empresa não facilitava as coisas, pois, segundo MAN 1, "não tava aberta pra nenhuma margem de negociação". Dessa forma, entendemos que o 'sentido' dado à jornada de trabalho não estava inscrito propriamente no número de horas, mas num contexto relacional, que permitia aos metroviários ampliar a lógica de abertura política, que então se vivia no país, do espaço do parlamento para a empresa. Prova disso é a recorrente menção ao fato de eles serem jovens oriundos de um "concurso público", que, de repente, encontraram pela frente "toda uma hierarquia militar". A fronteira do antagonismo, assim, não se dava em termos de patrões/trabalhadores, mas de concursados/não concursados: "Existiam dois grupos no metrô, tinha um grupo que tinha feito concurso e que se achavam as pessoas mais legítimas (...) e tinha um grupo de pessoas que a gente achava que eram pessoas da panelinha (...) que não tinham mérito pra estar lá." (EST 1).

Note-se o claro questionamento da noção de direito então estabelecida. O próprio concurso público (1986) - fruto do processo de transição - nos remete a um deslocamento das fronteiras entre o público e o privado. O Metrorec, assim, não seria mais o local apropriado para as práticas clientelistas. Novos elementos estavam então disponíveis para a veiculação de sentidos não fixados pelos discursos hegemônicos. Tais sentidos, no entanto, para poder circular, tinham que contar com um espaço de representação. Nessa busca, foi o discurso classista do PT que se apresentou disponível (cadeia de equivalências).

O movimento pela 4x2x3 foi liderado por jovens que eram caracterizados por ser muito "idealistas, [...] de repente [...] se impondo, quando [...] as coisas tava tudo estabelecida" (MAN 1). Dentre os membros desse grupo, contudo, nos revela MQT 4, alguns "já tinha[m] incorporado o espírito mais de esquerda, um espírito petista mesmo". Tinham, assim, uma vontade de lutar contra "aquela imbecilidade, certo? [...] Eles [os dirigentes da empresa] achavam que tinham soldados lá embaixo em vez de um trabalhador." (MAN 1).

Para se contrapor aos que impediam os metroviários de viver num espaço verdadeiramente democrático, emergiu uma articulação para estabelecer uma fronteira antagônica. Tal articulação parece ter sido operada pelo discurso petista através de um processo de representação que se pretendia pleno (democracia direta) e iria, supostamente de forma genuína, dos representados aos representantes. A insatisfação dos metroviários, porém, não se dava pela ótica de uma política *strictu sensu*. Longe da racionalidade própria do sistema político, o antagonismo se estabelecia no nível das exigências comportamentais e da esfera das relações interpessoais. Os dirigentes da empresa interferiam inclusive no estilo de vida que os metroviários deveriam adotar:

Eu me lembro muito bem no treinamento, quando a gente tava pra entrar. A gente teve aula de como se comportar. Uma espécie de aula [...] qual é o seu visual e o seu comportamento. Então, por exemplo, quem tinha barba, que mantivesse a barba bem aparadinha. (MQT 3).

As relações de antagonismo, como apontamos acima, foram se estabelecendo relacionalmente e não se colocavam em termos 'políticos' propriamente ditos. Tais relações ainda estavam por ser 'interpretadas', representadas:

Durante o processo [...] Eu vi pessoas mentindo, pessoas mentiam, inventavam coisas. Quer dizer, então, foi ali, ali foi o primeiro contato com digamos assim, com a sujeira [riso] que é, entendeu? [] Assim de chegar num processo judicial e mentir pra incriminar você e provocar um inquérito administrativo e levar você à justiça. (MQT 3).

Note-se que aquele "tremendo sentimento de injustiça" (MQT 3) que, como vimos, respirava os ares da transição democrática, passava a ter um estreito vínculo com essa decepção, que se dava no nível pessoal. As regras do jogo não eram mais aceitas sem argumentos convincentes. Havia um questionamento frontal à cultura política na empresa. Durante o período de negociação da escala na comissão paritária instituída no acordo coletivo local de 1987, segundo afirma MQT 3, teria ficado provado que a escala era viável; "[...] e de repente a gente viu a empresa dizer: [fala casualmente] não, ninguém vai implantar". Diante de tanta *arbitrariedade*, os maquinistas concluíram que aquilo se tratava de uma tremenda "enganação", "a gente tava num diálogo com o interlocutor que mentia para a gente" (AD I).

Nesse contexto, a postura autoritária do Metrorec, desde a percepção de justiça dos maquinistas, fazia desacreditar a comissão paritária então instituída. Esse não mais seria considerado como *locus legítimo* do processo negocial. Quando os maquinistas do Metrô decidiram não reconhecer esse espaço como legítimo, eles estavam rompendo com uma totalidade diferencial e pondo em prática uma política cultural. Sua disposição de luta parecia subverter não apenas o discurso da empresa, mas também o do sindicato. Vejamos como.

O discurso petista, hegemônico no sindicato, imprimia um significado à democracia que a deslocava do Parlamento, como *locus* do fazer político. Formava, então, uma cadeia de equivalências para se contrapor ao capitalismo/Nova República. Essa cadeia, contudo, se constituía a partir de uma fronteira antagônica (relacional e não conceitual) dentro de uma totalidade diferencial. Para representar o 'povo' nos espaços oficiais (parlamento, estrutura sindical), cuja cultura política o PT negava, eram necessários os valores de participação e influência direta das 'bases' no processo decisório. Com isso estaria garantida a pureza do processo de representação e as organizações dos trabalhadores não se desviariam dos seus preceitos revolucionários. Para além dessa estratégia, entretanto, a ousadia dos maquinistas colocava problemas à estabilidade da mencionada totalidade diferencial.

Bastante esclarecedoras são as considerações formuladas nas entrevistas por dois militantes petistas e diretores do sindicato. Como entender que "o movimento pela 4x2x3 [...] surgiu [...] após um processo de negociação coletivo, no qual a categoria foi extremamente vitoriosa", exatamente quando "tínhamos conseguido fazer um acordo coletivo com **um relativo grau de**

articulação nacional, com relativo grau de vitórias"? (EST 4)⁴. Assim, mesmo vindo de uma campanha salarial que havia conquistado cláusulas importantíssimas, como a estabilidade no emprego, "os maquinistas naquela época já se colocavam, colocando como ponto fundamental da campanha a escala de serviço" (MQT 2).

Havia, pois, uma cultura política institucionalizada, que é uma ilustração eloqüente da dimensão extralingüística dos discursos. Isso se traduzia em posturas concretas na negociação em curso. Na visão de MQT 3, a empresa adotara a técnica de "empurrar com a barriga". Então, um belo dia, "chegamos pros chefes imediatos [riso irônico de boa lembrança]: Óa, essa escala que você tá aí, bota ela na gaveta que o que vai funcionar é essa daqui!" Então, conta MQT 5, "aconteceu isso: a gente marcou domingo de manhã, foi a tomada da Bastilha." Como entender tal ousadia? Que condições teriam gerado a emergência desse discurso/demanda que ia de encontro à racionalidade da estrutura sindical? Nossos entrevistados podem nos ajudar a responder tal questão.

De acordo com EST 4, houve uma superestimação da "importância que tinham os maquinistas dentro de um sistema metro-ferroviário [...] Não existia possibilidade de funcionamento de trem sem maquinista." Em tom de autocrítica, esse ex-diretor do sindicato considera que "os maquinistas naquela época [...] se sentiam, e nós também pensávamos assim, como seres supremos". Observe-se que tal sentimento de empoderamento, tal como é posto, nos remete a certa 'inexperiência' por parte dos metroviários e dos seus dirigentes, certa falta de vivência para que soubessem que as coisas não eram bem daquele jeito. Ou seja, uma vez 'institucionalizados', os metroviários teriam percebido que não poderiam brincar de estabelecer novos significados

⁴ Esse entrevistado expressa da seguinte forma a independência do movimento dos maquinistas em relação à estrutura sindical oficial: "Você tinha naquela época, né?, por conta do ciclo inflacionário, você tinha uma situação na qual você já sabia, você tinha que comprar os pares de sapato pra passeata de maio e pras passeatas de novembro, porque esse era o calendário oficial, nós éramos de maio e novembro. Os bancários, os bancários aconteciam em março e setembro, certo? Então existia um calendário oficial de luta. Quando você rompe esse calendário, cria um estado de estupefação em todo mundo. Era claramente perceptivo que ninguém no movimento compreendia, o que diabo, o que é que havia acontecido para que se fizesse uma greve que ninguém sabia que tava sendo gestada, nem a própria direção do sindicato sabia."

livremente. Aqui, o que se reclama dos maquinistas é exatamente o *bom senso*, ou seja, a racionalidade/lógica que regia o antagonismo PT/Nova República (totalidade diferencial).

É particularmente interessante notar que nem todos os metroviários compreenderam esse *ato de ousadia*. MAN 3 achava inicialmente que os maquinistas eram "um **bocado de doido**. [...] superintendente era o superior, o gerente e tal... não poderia ser enfrentado como era, daquele jeito". Ao que MQT I, por outro lado, lembra saudosamente: "O sabor era maravilhoso, né? Naquele tempo era como se sentisse dono [] do Metrô, embora, na realidade, não fosse isso, mas a gente sentia como [] tendo um poder muito grande. Isso eu sentia. Acho que o sentido de liberdade, né?"

Como foi possível tomar exequível um plano tão fora do comum? Vale notar que tal ousadia requereu um esforço organizativo concentrado. Uma vez aberto a resistências de sentido, provavelmente o movimento seria abortado no seu nascedouro. O conjunto da categoria, inclusive muitos dos diretores do sindicato, não tinha conhecimento prévio da implantação da escala. Assim, começou a ser gestada uma demanda particular desde um espaço reservado e relativamente externo à cadeia de equivalências do discurso petista, longe da homogeneidade característica de todo processo de representação.

Na "ótica" de MAN 2, "a coisa foi muito escondida", havia apenas "um comentário [sobre] um grupo que estudava uma escala possível". A postura autônoma dos maquinistas é um fator que precisa ser aprofundado. MQT 2, diretor do sindicato, afirmou que soube da implantação da escala apenas dois dias antes. Nas palavras de MQT 5, o sigilo era absolutamente necessário. Segundo ele: "Aí o pessoal disse [...] Só pode ficar **autogestão** [...] É o trabalhador começar a assumir realmente a força do trabalho, da operação da coisa, e a gente vai fazer isso [...] A gente vai tomar a escala do supervisor [...] [mas] é **preciso que seja uma coisa** sigilosa."

O uso do termo "autogestão" deve merecer alguma atenção. Na sua gestação, o movimento já começava a ser representado pelo discurso de classe. À inocência de MQT 5 foi apresentado um conceito do movimento operário internacional, o que remete à relatividade da autonomia de qualquer ação social, que sempre se opera a partir de sentidos já existentes e disponibilizados pelos representantes políticos. Por outro lado, os metroviários demonstraram ter muito de *sua identidade construída fora do processo produtivo, ou seja, nas suas experiências de estudantes universitários*. A espontaneidade desse

movimento era estranha à organicidade conceitual do discurso sindical do PT/CUT:

A gente sabia que isso era um processo... processo de conflito no trabalho. Sabia disso. Interessante é que ninguém, nenhum da gente, nenhum era militante da Convergência ou de algumas tendências mais da esquerda (...) Eu acho que ali teve um caráter mais, mais espontâneo mesmo. Não foi um caráter político (...) A política seria só uma repercussão, um desdobramento seria a política. (MQT 4).

Sendo assim, os metroviários não agiam de acordo com uma suposta ideologia de classe. Ao contrário, sua ação parece vincular-se à *verdade* da qual os maquinistas se sabiam portadores e ao *sentimento de justiça* que eles sentiam estar sendo vergonhosamente infligido. O "desdobramento" político a que se refere o maquinista na citação acima é, nos nossos termos, a expressão da necessidade de representação (cadeia de equivalências) para que se fugisse do isolamento.

O discurso dos maquinistas advinha mais de suas experiências como estudantes universitários. De acordo com MQT 5, "quase todos eram estudantes de engenharia [...]". "Olha, passamos semanas" estudando, e "mostramos pra eles por A mais B. Eu sabia muito bem estatística. A gente fez o espaço amostral". Porém, segundo ele, seus "algozes" "não sabiam o que era espaço amostral". Não tinham "humildade pra aceitar que a escala [era] perfeita".

Contra a ousadia – que temos nos esforçado para compreender em suas múltiplas dimensões –, aparece a figura do "eles", "esses caras" que mentem, que não são transparentes, que são falsos e que não são petistas. Ao contrário, "participam do PFL".

4 Do isolamento à articulação: o discurso classista como ponto nodal

Como disse MQT 4, "a gente até brincava naquela época. A gente dizia que autogestão tinha sido na Comuna de Paris e [agora] estava sendo no Metrorec". O resultado já podia ser esperado. Depois de dois dias os maquinistas se viram obrigados a entregar o controle para a empresa. Em reação ao processo repressivo deu-se início à *greve dos 10 dias*. No essencial,

existia a ameaça de demissão de três diretores do sindicato e punições diversas para os líderes de base.

A categoria precisava ser convencida da justeza do movimento. MQT 5 sabia que “a gente precisava da adesão das outras categorias, a gente precisava do pessoal da manutenção, da operação, da segurança e do administrativo”. Tal quadro se afigurava porque “o pessoal não sabia o que tava se passando. O que foi colocado pra todas as outras categorias foi que os operadores se rebelaram, quiseram tomar o poder, quiseram fazer bagunça.”. Em busca da saída de seu “isolamento”, passaram, dessa feita sob a orientação do sindicato, a reportar-se à empresa.

MQT 5 nos revela que, “depois de muita negociação, não foi assim rapidamente não”, os dirigentes do Metrorec “avaliaram [que] valia a pena. Apostaram que a gente não tinha informação, habilidade.” Organizou-se uma palestra e esse maquinista foi designado para debater com um alto representante da empresa.

[Ele] Era um cara experimentado, eu era um menino de vinte e poucos anos [...] Eu não tinha argumentação política. Porém, eu, com minha simplicidade, acho que minha verdade... Eu acho que isso é que é importante, o que diferenciava eu [dele] era a verdade, eu era uma pessoa sincera, honesta, que estava ali com o coração aberto.

Observa-se que o debate, apesar de altamente acirrado, não se deu em termos políticos clássicos e sim apoiado num discurso técnico e por uma questão de justiça. “O usuário era importante, sempre estava na nossa mira. Quando nós começamos a operação, o usuário [era] ponto de exclusividade. Isso aí era fundamental [...]. Então o movimento não foi irresponsável, houve uma responsabilidade muito grande.”

Esse sentimento de responsabilidade em relação à atividade fim da empresa nos remete a dois aspectos importantes. Primeiro nos revela um ponto de intersecção entre o discurso dos maquinistas e o da empresa, na medida em que ambos disputavam o compromisso com os usuários do sistema. Assim, a “pura exterioridade” e o absoluto abismo entre os dois também ruem. Por outro lado, tal discurso cumpria uma função de agregação dos próprios metroviários. O discurso da “responsabilidade” servia para a

conquista da adesão política daqueles setores menos politizados. Assim, a categoria dos metroviários foi encontrando elementos gregários que lhes conferiam o sentimento de pertencimento. A sua demanda democrática dava os primeiros sinais de procura por inserção em um contexto mais amplo. O *discurso classista aparecia como uma possibilidade entre outras e muito em tom de descoberta*. "Um dos nossos companheiros revelou [...]: 'rapaz, só agora que eu tô entendendo o que é **luta** de classe... Só agora eu sei o que é um lado e o que é o outro, o que é o opressor e o que é o oprimido'. Foi um negócio impressionante." (MAN 3).

Cumpre aprofundar um pouco mais a relação entre o discurso "espontâneo" desses agentes sociais e o discurso classista do PT. Focalizemos, para tal, a avaliação do movimento, pondo o termo "espontâneo" – como aquilo que não é estritamente político – em contraste com outras percepções que o pretendiam representar. Assim, EST 2, que era militante da Convergência Socialista, corrente trotskista que atuava então no PT, compreende que "aquela greve foi um exemplo assim de [...] do momento político do país [...] é, de luta mesmo, de classe." O elemento espontâneo aqui é posto em equivalência com uma pretensa "ideologia de classe". A demanda democrática, como um *significante flutuante*, era objeto de disputa entre cadeias de equivalência que operavam dentro do próprio discurso petista. De objeto particular, a demanda ganhava a dignidade de uma Coisa: era nomeada. Assim, os metroviários agiam em consonância com a "própria natureza do trabalhador".

Perceba-se a diferença de avaliação do militante católico (MAN I), representante de outro elo da cadeia de equivalências que procurava se constituir (heterogeneidade).. Para este, o movimento em questão não pode ser caracterizado como "espontâneo", uma vez que havia "um planejamento". A greve "tinha um objetivo a ser alcançado, que era a questão da jornada de 6 horas". O pertencimento de classe para esse militante tinha um significado bem diferente do inscrito pelo militante revolucionário. Nesse sentido, o que a greve tinha de específico não era uma luta aberta contra o capital. Sua "característica diferente" era que

o retorno da jornada de 6 horas... não era um retorno financeiro. Era um retorno social. É que você tinha um trabalhador que trabalhava de noite [...] de manhã... de tarde... domingo... feriado... Quando a família dele tá

em casa ou tá passeando... a família no feriadão, ele tava trabalhando, por exemplo. (MAN I).

Os valores aqui focalizados são aqueles mais vinculados à família e à comunidade em que se mora. Ao contrário do militante trotskista anteriormente citado (EST 2), não é dado um destaque à capacidade de independência organizativa dos trabalhadores e sua essência revolucionária. Tal contraste entre os entrevistados, como supomos, nos remete à existência de uma heterogeneidade na cadeia de equivalências do discurso petista.

Já o militante do PRC (EST 4), numa clara atitude autocrítica, afirma: “um dos grandes arrependimentos que eu tive foi não dizer que eles não fizessem [a implantação da escala]”. Essa postura teria se caracterizado por uma inegável 'ambigüidade'. Assim, ele ficou bastante empolgado com a possibilidade de implantação da escala, uma vez que considerava, devido a sua crença na força política dos maquinistas, que “a empresa não teria como desfazer” a escala. Contudo, tratando-se de um militante, que deveria ter *responsabilidades* perante os destinos do movimento, “também já tinha a opinião de que nós vínhamos de um processo que ele tinha sido vitorioso e que nós entraríamos dentro de [...] outro processo político de enfrentamento, absolutamente isolados”. Ou seja, o movimento dos maquinistas significava a fratura numa totalidade diferencial.

Qualquer ação política, nesse sentido, implicaria no cálculo do não “isolamento” com que se preocupava esse militante. Partindo, então, desse entendimento, é que ele pôde formular sua autocrítica:

Nós estávamos desafiando o sistema, o processo de produção capitalista naquilo que ele tem de mais sagrado, que é o poder de comandar [...] O que tava em jogo ali é que alguém havia colocado a empresa numa situação, na qual ela não mandava mais [...] você tava desafiando tudo na empresa e nós não fazíamos essa avaliação, nós não fazíamos a avaliação de até que ponto nós poderíamos ser tão desafiadores. (EST 4).

A consciência da condição antagônica é clara: desafiava-se o poder da empresa naquilo que há de mais central- o controle do processo produtivo. Mas aquela demanda, aquela *forma de agir dos maquinistas, era*

completamente irracional e, exatamente por isso, havia carecido de uma *direção* (representação mais "adequada"). O entrevistado recorda da surpresa demonstrada pelo então presidente da CUT estadual, Oílson Peixoto: "Eu me lembro que na época ele chegava com uma cara assim de quem [risos] 'o que é que aconteceu?'. Ele perguntava nessas palavras: 'O que é que aconteceu que eu não tô entendendo, se eles fizeram um acordo há dois meses atrás... Rapaz, vocês são **loucos!**'. Assim, aquela "era uma radicalidade, né, **espontaneísta no sentido da política**".

Alternativamente, para EST 3, vinculado à tendência majoritária do PT, o espontaneísmo ganha tons positivos. A diferença em relação ao revolucionário da Convergência, no entanto, é que esta positividade, apesar de nos remeter à base, às massas, não se põe em equivalência com uma essência revolucionária na perspectiva clássica, mas com um certo espírito do "**povo aguerrido contra a ditadura**, contra o autoritarismo". Relaciona-se, pois, com a "conjuntura política do país"; com "encarar, né? Enfrentar... a empresa, que representava o governo federal, né? Como ainda uma continuidade daquela luta contra a ditadura." Essa era, pois, a lógica de outra cadeia de equivalências, que disputava nosso significante flutuante desde uma perspectiva mais interna à totalidade diferencial da Nova República.

5 Considerações finais

Acredito que essa pesquisa tem o mérito de demonstrar 'empiricamente' a heterogeneidade constitutiva do social. Sendo assim, o imaginário da plena representação, no qual acreditamos que a esquerda está embebida, não mais se sustenta. Como corolário, todos os modelos de democracia que se apóiem na homogeneidade da sociedade civil, em identidades fixas e numa narrativa conceitual da história estão igualmente abalados. Do ponto de vista da esquerda, principalmente depois da queda do dito socialismo real, poucos ainda sustentam uma perspectiva revolucionária clássica. A partir daí, um tenso debate, que já estava em curso, precipita-se e torna-se uma agenda inadiável: a relação entre a esquerda e a democracia.

Nesse desafio, para além de todas as incertezas, que não são poucas, algo não pode deixar de ser notado. As forças de esquerda parecem oscilar entre dois eixos que se alimentam mutuamente: ora assumem uma postura extremamente 'pragmática', no sentido do incômodo que causa qualquer

esforço teórico de mais 'fôlego', parecendo então uma forma de ressaca utópica; ora aferram-se a dogmas ortodoxos, como se o problema de outras correntes políticas fosse uma questão de caráter (ou falta dele). Desse último eixo devemos reter a chama da utopia. A esperança de que podemos inventar um outro mundo. Do primeiro, devemos adotar a coragem de reconhecer que os 'velhos' instrumentos teóricos já são pouco úteis para orientar nossa ação política. Uma forma de assim o fazer é começar por uma pergunta: quem somos nós?

Referências

ALVAREZ, Sônia. 2000. Introdução. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG

DAGNINO, Evelina. 2000. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sônia;

DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG

HOLANDA, Sérgio Buarque. 2002. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, S. *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. v. 3.

LACLAU, Ernesto. (1994), "Da emancipação à liberdade", tradução de Joanildo Burity. In Alexandrina Sobreira de Moura, *Utopia e Formações Sociais*. Recife: Editora Massangana.

LACLAU, Ernesto. 1978. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Tradução de João Maia e Lúcia Klein. Rio de Janeiro: paz e Terra.

__ __ __. 2005. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

Apêndice A - Quadro de entrevistados (continua)

Entrevistado	Descrição do perfil
MQT1	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Líder do movimento pela 4x2x3, quando ainda não era diretor do sindicato. Tomou-se militante da tendência trotskista Democracia Socialista (DS).
MQT2	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Acompanhou os maquinistas como diretor do sindicato. Apesar de se colocar como militante do PT, não tinha vínculos com nenhuma tendência. Nutria, contudo, uma simpatia pela tendência majoritária Articulação.
MQT3	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Líder do movimento da 4x2x3. Havia tido cantatas com o PT no movimento estudantil, mas não era militante ativo e não tinha definição por nenhuma tendência.
MQT4	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Líder do movimento pela 4x2x3, quando ainda não era diretor do sindicato. Não possuía nenhuma experiência política prévia. Era simpatizante do PT.
MQT5	Maquinista em sua segunda experiência de emprego. Líder do movimento pela 4x2x3. Tinha cantatas com a teologia da libertação, mas não possuía experiência política prévia ou definição partidária.
EST I	Funcionário do setor de estação em sua primeira experiência de emprego. Tivera cantata político com a tendência Alicerce, da Convergência Socialista (CS), no movimento estudantil secundarista. Participou ativamente na greve da 4x2x3, tomando-se posteriormente diretor do sindicato e militante da CS.
EST2	Funcionário do setor de estação. Tinha experiência política prévia no movimento secundarista e era ativo militante da CS. Participou da greve da 4x2x3 e tomou-se diretor do sindicato posteriormente.
EST 3	Funcionário do setor de estação em seu primeiro emprego. Tinha experiência política prévia no movimento estudantil como ativo militante petista da tendência Articulação. Participou ativamente da greve da 4x2x3 e tomou-se diretor do sindicato depois.

Apêndice A - Quadro de entrevistados (final)

Entrevistado	Descrição do perfil
EST4	Funcionário do setor de estação em sua primeira experiência de emprego. Tinha vivência política prévia no movimento estudantil como militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que atuava no PT. Participou ativamente da greve da 4x2x3 na qualidade de diretor do sindicato.
AD 1	Funcionário do setor de administração com ampla experiência em trabalhos anteriores. Tinha experiência política prévia como simpatizante do PCB. Tornou-se, depois, militante petista da Articulação. Participou ativamente da greve da 4x2x3 na qualidade de diretor do sindicato.
MAN 1	Funcionário do setor de manutenção em seu primeiro emprego. Tinha experiência política prévia como militante católico no meio popular. Participou ativamente da greve na qualidade de diretor do sindicato.
MAN2	Funcionário do setor de manutenção em sua primeira experiência de emprego. Possuía vivência política prévia no movimento popular, mas, embora simpatizante do PT, não tinha definição por tendência política. Participou ativamente da greve na qualidade de diretor do sindicato.
MAN3	Funcionário do setor de manutenção em seu segundo emprego. Não possuía nenhuma experiência política prévia, mas já tinha cantatas com o PCdoB, partido em que veio a militar. Participou ativamente da greve da 4x2x3 e só posteriormente tomou-se diretor do sindicato.